

Título do capítulo	CAPÍTULO 1 – PERCURSOS METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL
Autores	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Ana Paula Vasconcelos Gonçalves Luís Carlos Garcia de Magalhães Marcela Fernanda da Paz de Souza
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo1
Título do livro	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Organizadores	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	-
ISBN	978-65-5635-064-6
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PERCURSOS METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

João Cláudio Basso Pompeu¹

André Rego Viana²

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves³

Luís Carlos Garcia de Magalhães⁴

Marcela Fernanda da Paz de Souza⁵

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo faz uma revisão, que não se pretende exaustiva, da literatura sobre classe social na sociologia brasileira, em especial no que diz respeito às conceituações que fundamentam o tratamento empírico das análises de estratificação baseadas em classe social. Existem balanços relevantes acerca da produção da literatura sociológica brasileira sobre estratificação social publicados nos últimos anos (Scalon e Santos, 2010; Guimarães, 1999; Ribeiro e Carvalhaes, 2020). Este capítulo não tem a intenção de fazer mais uma revisão da literatura sobre o tema. Seu objetivo é ilustrar as formas de captação de material empírico da literatura sobre estratificação das classes em ciências sociais, no caso brasileiro. Por formas de captação queremos avaliar as métricas conceituais com que os autores aqui tratados operam a realidade empírica que fundamenta os seus achados e investigações concernentes à estratificação de classes sociais no Brasil.

A hipótese que dirige este texto é que os estudos sobre estratificação social no Brasil utilizam três formas de captação do material empírico nas pesquisas sociológicas: i) análises histórico-estruturais baseadas em levantamento documental e complementadas por revisão bibliográfica; ii) pesquisas empíricas e estudos monográficos das

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos de Instituições, do Estado e da Democracia no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: joao.pompeu@ipea.gov.br.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: andre.viana@ipea.gov.br.

3. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: anapaulavg@ufmg.com.br.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: luis.magalhaes@ipea.gov.br.

5. Professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais e líder do grupo de pesquisa Comunicação e Equidade. *E-mail*: marcela.souza@uemg.br.

condições de vida e opiniões das classes sociais;⁶ e iii) tipologias de classe feitas através de análises empíricas e quantitativas embasadas em pesquisas periódicas realizadas por organismos públicos de pesquisa – Censo Demográfico, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), Pesquisas de Orçamento Familiar (POFs), Censo Agropecuário, notadamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste texto, são examinadas exclusivamente as duas primeiras formas de captação do material empírico sobre os estudos de classes sociais no Brasil. O próximo capítulo deste livro tratará especificamente do modelo de tipologia de classe baseado em pesquisas periódicas. Os demais, a partir de modelos de tipologias de classe, analisam diferentes dimensões da sociedade brasileira relevantes para políticas públicas.

Os estudos sociológicos atuais podem ser classificados como herdeiros dessas três formas de tratamento da realidade empírica explicitadas acima. Tais modelos de tratamento foram pensados de acordo com a proposta dos tipos ideais weberianos (Weber, 1999). Buscou-se criar um instrumento analítico, com o objetivo de simplificar e sumarizar as pesquisas abordadas neste capítulo. Além disso, o mesmo estudo pode ser enquadrado em mais de uma categoria, posto que qualquer trabalho sociológico minimamente relevante forçosamente realiza uma revisão bibliográfica do seu tema.

Vale ressaltar que a opção por uma dessas formas em determinado trabalho analisado neste capítulo não implica o perecimento dos demais tipos de abordagem do problema da estratificação social no Brasil, que convivem e se integram. Como vai se evidenciar neste texto, vários ensaios histórico-estruturais foram elaborados na mesma década em que os estudos monográficos começaram a ser realizados.

Uma vez mais, vale advertir que não temos a pretensão de esgotar toda a literatura sociológica brasileira referente a classes sociais, tarefa muito além das nossas possibilidades. Este capítulo tem a intenção de ser ilustrativo, e não exaustivo. Optamos por analisar estudos considerados referências importantes no campo da sociologia brasileira. Dessa maneira, são comentados aqui alguns trabalhos de pesquisadores reconhecidos pela excelência e contribuição para o desenvolvimento do campo da estratificação social no Brasil que utilizam as formas de captação do material empírico descritas anteriormente. Vários outros trabalhos, também muito relevantes, poderiam ser citados como exemplos, mas não foram levados em conta em razão do espaço e porque sua abordagem já foi contemplada nos estudos aqui considerados.

Conforme observamos anteriormente, o fato de um autor utilizar uma das formas de captação dos dados empíricos não implica, obviamente, que toda a sua obra pertença a essa categoria. Tendo em vista que a captação de informações

6. Inicialmente havíamos denominado essas análises como estudos etnográficos. Alertados pelo professor José Alcides Figueiredo Santos de que na verdade a caracterização mais correta seria de estudos monográficos que utilizavam entrevistas e *surveys*, fizemos a modificação. Agradecemos ao professor José Alcides pelo alerta.

adquire diferentes formatos e métodos na sociologia, nada impede que o mesmo autor transite de um método para o outro. Os autores transitam pelos três modelos.⁷

Além desta introdução, este capítulo é composto por mais três seções. A seção 2 trata do modelo histórico-estrutural; a seção 3 se concentra no modelo monográfico. Na seção 4, desenvolvem-se reflexões teóricas com base nos modelos apresentados e são tecidas algumas considerações finais.

Outra vez alertamos que o capítulo vai se centrar nos dois primeiros modelos de captação do material empírico. O próximo capítulo vai tratar mais especificamente do modelo das tipologias de classe que foram propostos pelas ciências sociais brasileiras. Os demais capítulos vão ser baseados em um modelo empírico quantitativo baseado em métodos estatísticos.

2 ENSAIOS HISTÓRICO-ESTRUTURAIS

A sociologia enquanto ciência nasceu como uma tentativa de interpretar as mudanças sociais provocadas pelo surgimento e desenvolvimento do capitalismo. A pretensão de analisar a sociedade por intermédio de um método científico é fruto do iluminismo e uma pretensão do século XIX. Embora não seja possível, nem desejável, eliminar toda a subjetividade, examinar a sociedade cientificamente implica um esforço em despir-se de preconceitos, de pré-julgamentos – ou pelo menos explicitá-los na análise –, e identificar os fundamentos das relações sociais. Um desses fundamentos é a constituição de estamentos e classes sociais e sua evolução histórica. Assim, estamentos e classes sociais são conceitos basilares na sociologia. A classe social, entre outros determinantes, está ligada às chances de vida que são típicas para o indivíduo.

Os fundadores da sociologia escreveram ensaios histórico-estruturais que marcaram profundamente a prática sociológica e serviram de base para os autores que pensaram o fenômeno no Brasil. Citemos a seguir alguns textos canônicos. Karl Marx, com *O capital*, apresenta a evolução histórica do capitalismo, na qual apenas duas classes sociais teriam relevância. No entanto, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* e em *As lutas de classes na França*, descreve um contexto no qual várias classes e frações de classes sociais se digladiam e onde o Estado tem um papel fundamental (Marx, 1988; 2012). Max Weber, com *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e Émile Durkheim, com a obra *Divisão do trabalho social*, desenvolvem estudos sociológicos de processos que se desenrolaram ao longo de séculos (Weber, 2016; Durkheim, 2015). Nesses livros, os autores investigam a

7. Conforme se observará neste capítulo, a título de exemplo, Fernando Henrique Cardoso escreveu *A escravidão no Brasil Meridional*, que é claramente um estudo histórico-estrutural, e, poucos anos depois, escreveu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, um estudo monográfico. Florestan Fernandes escreveu *A revolução burguesa no Brasil – ensaio histórico-estrutural* – e *A integração do negro na sociedade de classes* –, estudo monográfico. Juarez Brandão Lopes escreveu tanto estudos histórico-estruturais como análises monográficas. Adalberto Cardoso escreveu ensaios histórico-estruturais e tipologias de classe baseados em levantamentos estatísticos.

formação histórica das sociedades capitalistas. O estabelecimento das relações capitalistas de (re)produção social no marxismo, a formação do espírito do capitalismo fortemente influenciado pela ética protestante na vertente weberiana e a divisão do trabalho na visão durkheimiana constituem o núcleo duro que alicerça o pensamento sociológico.⁸

Tais obras tiveram influência profunda, principalmente numa fase de consolidação da disciplina no Brasil. Os ensaios histórico-estruturais focalizados neste capítulo têm tradição no país, sendo precursoras as clássicas análises de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil* (Freyre, 1933; Holanda, 1999). Além disso, cabe citar o livro *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, publicado na década de 1950 (Faoro, 2000). Para os fins deste capítulo, vamos nos concentrar na sociologia acadêmica da Universidade de São Paulo (USP), do final dos anos 1950 e da década de 1960, em virtude de sua grande influência nas décadas posteriores.

Vários trabalhos histórico-estruturais sobre a sociedade brasileira, considerados clássicos, foram escritos nas décadas de 1960 e 1970. Os sociólogos brasileiros, ao se defrontarem com a sua realidade, analisavam uma configuração histórica diferente daquela que balizou os clássicos europeus. Partiam de uma sociedade periférica, inserida no processo de desenvolvimento capitalista retardatário, que se encaixou na divisão mundial de trabalho como produtora de insumos e com relações sociais de produção calcadas na escravidão até o final do século XIX – o que, se de um lado foi funcional no processo de acumulação, de outro deixou profundas marcas na cultura e na sociedade (Fragoso e Florentino, 2001).

Analisando o século XIX, esses autores mostram essa contradição basilar da sociedade brasileira fundada na escravidão, e a conseqüente desvalorização do trabalho. O problema central de como transformar a população que saía da escravidão em trabalhadores em um mercado capitalista até hoje tem reflexos no país. A sociedade que muitos deles descrevem é marcada pela submissão pessoal. Era uma sociedade em que laços pessoais valiam mais do que relações de trabalho.

A sociologia brasileira, até os anos 1960, foi fortemente marcada pelo modelo histórico-estrutural. Os estudos da época enfatizavam a formação de uma sociedade capitalista forjada nos espólios da escravidão,⁹ assim como de uma estrutura socioeconômica subdesenvolvida, periférica e dependente. O Brasil do século XIX

8. No século XX, grandes ensaios histórico-estruturais foram escritos, a exemplo do livro *O processo civilizador*, de Norbert Elias (1990), no qual o autor descreve a emergência do autocontrole das pulsões, ocasionada por pressões sociais cada vez mais pronunciadas que ocorrem durante a Idade Média e a Idade Moderna.

9. A classificação de um autor em um desses tipos não implica, obviamente, que toda a sua obra pertença a essa categoria. Os autores transitam nos dois modelos de análise. Fernando Henrique Cardoso escreveu *A escravidão no Brasil Meridional*, que é um claramente um estudo histórico-estrutural, e, poucos anos depois, escreveu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, que é um estudo monográfico. Florestan Fernandes escreveu *A revolução burguesa no Brasil – ensaio histórico-estrutural –*, e *A integração do negro na sociedade de classes –*, estudo monográfico.

era um país essencialmente produtor de *commodities*, em especial o café, fruto do trabalho escravo. A indústria era incipiente e a estratificação social se baseava em castas e estamentos, e não em classes sociais. Neste contexto, se explica o destaque conferido à raça na análise de parte destes autores. Eles reconhecem a pouca inserção do negro na sociedade de classes.

Dessa lavra analítica saíram textos considerados referências que inspiram a produção sociológica até hoje. Podemos citar, como exemplo, *A escravidão no Brasil Meridional*, tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, apresentada em 1962 e publicada em 1972, resultado de um programa de pesquisa coordenado por Florestan Fernandes entre os anos de 1955 e 1960, no qual se buscava entender as relações raciais no Brasil. Para tanto, foram feitas pesquisas nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. O livro é o resultado de uma ampla revisão bibliográfica e consulta a material empírico sobre a escravocracia no Rio Grande do Sul (Cardoso, 1991).¹⁰

O autor sustenta que a economia escravocrata rio-grandense, baseada na produção de charque para o mercado brasileiro, não reunia condições de competir com a dos países do Prata, cuja economia, que fazia uso de força de trabalho livre assalariada, tinha produtividade maior, o que diminuía os custos. O sistema escravocrata não permitia a consolidação do capitalismo no Brasil. O negro escravo era considerado coisa, ou seja, propriedade do grande produtor,¹¹ sendo a violência a forma privilegiada de relação entre senhor e escravo. Com a abolição, o negro é lançado no mundo livre. Cardoso diz explicitamente que o Brasil era uma sociedade estamental a caminho de sua transformação em uma sociedade de classes.

Outro livro que analisa a sociedade brasileira no século XIX é *Homens livres na ordem escravocrata*, tese de doutoramento de Maria Sylvia Carvalho Franco, apresentada em 1964 e publicada em 1969 (Franco, 1997). Esta obra é embasada em fontes manuscritas de documentos da cidade de Guaratinguetá, em São Paulo;¹² em uma revisão bibliográfica sobre a história do Brasil e de Portugal; e na leitura de algumas poucas obras gerais, entre as quais se destacam textos de Marx e Weber (Franco, 1997).

O livro em questão trata dos tipos sociais do século XIX: o tropeiro, o fazendeiro, o posseiro, o servidor da administração pública. Todas as relações sociais

10. Foi consultada uma bibliografia geral sobre metodologia das ciências, bibliografia sobre sistemas sociais globais, livros de interpretação sociológica, etnológica e histórica sobre a escravidão e os negros; livros sobre a história do Brasil; livros sobre a história do Rio Grande do Sul; livros sobre o negro no Rio Grande do Sul; documentos da época, análises de jornais e memórias de viajantes.

11. Chalhoub (2011), em um livro que fala das táticas de busca pela emancipação de escravos urbanos no Rio de Janeiro, faz uma crítica contundente à concepção de escravo-coisa proposta por Cardoso.

12. Por exemplo, foram consultadas atas da Câmara Municipal; correspondência da Câmara Municipal; inventários e testamentos de 1835 a 1899; processos criminais de 1835 a 1899; fontes impressas do século XIX, como relatos de viagens e artigos de jornais da época; relatórios do Ministério da Fazenda do Império.

travadas pelos homens livres na ordem escravocrata seriam relações pessoais, não se constituindo o contrato impessoal. Esses tipos humanos constituiriam ainda estamentos. Salta aos olhos a sociabilidade violenta que caracterizaria o Brasil no século XIX, e que deixa suas marcas até o presente.¹³ A violência apareceria como a grande forma de resolução de conflitos neste mundo em que o laço pessoal é o fundamento da ordem. A sociedade escravocrata seria uma sociedade onde as classes sociais ainda não se teriam constituído.

Florestan Fernandes fez importantes estudos histórico-estruturais sobre o problema da estratificação de classes no Brasil. De um modo esquemático, pode-se dizer que as duas obras mais importantes desse autor focalizam os atores sociais mais importantes da sociedade capitalista brasileira: *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1978), dedicada ao estudo da população negra (base da classe trabalhadora brasileira); e *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020), uma análise sobre a formação da burguesia brasileira.¹⁴

O primeiro livro é dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *O legado da raça branca*, é feita uma reconstituição histórica das barreiras enfrentadas pelos negros recém-saídos da escravidão para inserção no mercado de trabalho em São Paulo, centro dinâmico do capitalismo brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Na segunda parte, intitulada *No limiar de uma nova era*, são analisados os movimentos sociais negros que emergem no século XX (Fernandes, 1978). Este livro poderia ser considerado tanto um ensaio histórico-estrutural como uma descrição monográfica.

Por seu turno, *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020) é um grande ensaio histórico-estrutural embasado totalmente em revisão bibliográfica de obras sociológicas e históricas. O livro descreve como as forças sociais e econômicas impulsionaram a criação de uma mentalidade e racionalidade capitalista no Brasil, apesar da resistência conservadora dos grandes fazendeiros do café.¹⁵ A partir da Independência, que origina uma nova situação política, marcada por uma relativa autonomia política do governo brasileiro, configura-se uma situação em que os interesses econômicos dos grandes fazendeiros do café se baseiam na manutenção da situação econômica anterior à nova situação de dependência, o que o autor

13. Sociabilidade violenta é um conceito criado por Luis Antonio Machado da Silva e que foi apropriado por Adalberto Cardoso (2020b). Segundo Cardoso, a sociedade brasileira desde o século XIX se caracteriza pela violência física e simbólica. As altas taxas de homicídio e acidentes de trânsito, bem como o racismo, a homofobia e o preconceito de classe seriam indicadores dessa sociabilidade violenta.

14. Publicada em 1965, *A integração do negro na sociedade de classes* foi originalmente a tese de cátedra de Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Do mesmo autor, também merecem menção *Branços e negros em São Paulo*, escrito em parceria com Roger Bastide (Bastide e Fernandes, 2008); e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, livro publicado no final da década de 1960 que reúne uma série de artigos nos quais o autor analisa a sociedade brasileira (Fernandes, 1968).

15. A biografia de Mauá ilustra bem as dificuldades enfrentadas pelos poucos empresários movidos por uma mentalidade empreendedora no século XIX e seu malogro devido à resistência de uma sociedade conservadora (Caldeira, 2003).

chama de *neocolonialismo*. Ao mesmo tempo, no mundo todo, as ideias que impulsionam o capitalismo entram em conflito com a mentalidade desses grandes senhores de terra. Nesse contexto, a revolução de 1930 simbolizaria a vitória do setor industrial, portador de uma mentalidade moderna, sobre os grandes latifundiários, que representariam o atraso e a resistência de uma sociedade estamental e antiempreendedora.¹⁶

Todavia, a consolidação da ordem social competitiva não teria ocorrido de forma dinâmica e integradora das massas excluídas e pobres, diferentemente do que se verificara na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, a constituição de uma sociedade de classes não se teria realizado na forma de revoluções burguesas análogas às dos países desenvolvidos. Nesse sentido, as relações entre classes e estamentos continuariam a conviver de modo simultâneo no aparelho de Estado e na dominação política, o que impediria a construção de um capitalismo que incorporasse a grande parcela da população no mercado de consumo e na cidadania política. Essa seria a dimensão central da ordem competitiva do capitalismo dependente no caso brasileiro: a reprodução contínua da não inclusão econômica, social, política e cultural de parcela expressiva da população. A estratificação em classes sociais não perde sua relevância teórica e alcance explicativo empírico; no entanto, trata-se de aplicá-la a uma formação capitalista específica marcada pela dependência. É nesses termos que a análise da estratificação de classes sociais – conceito e método que não pode ser abandonado pela sociologia crítica – deve ser conduzida no caso da formação do capitalismo brasileiro.

Alguns anos antes de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes publicara uma importante pesquisa sobre o problema da conceituação das classes sociais e seu alcance interpretativo para as formações socioeconômicas da América Latina: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1975). Nesse trabalho, o autor expõe de maneira mais sistemática a questão teórica e metodológica do uso do conceito de classes sociais para a análise da realidade concreta do capitalismo dependente, apresentando três variações em níveis distintos: “i) as bases perceptivas e cognitivas que moldam as atitudes e os comportamentos; ii) os conteúdos e orientações de consciência e de relação de classe; e iii) da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si” (Fernandes, 1975, p. 39).

Desse modo, a expansão do capitalismo nos países da América Latina teria atingido proporções suficientes para determinar a estratificação das classes sociais como o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária desses países. Entretanto, qualifica o autor, a expansão do capitalismo teria acontecido de forma variável,

16. Salta aos olhos, neste ensaio, a ausência do negro e do proletário na análise do autor. Pode-se dizer que *A integração do negro na sociedade de classes* fala dos elementos mais desprivilegiados da sociedade brasileira, ao passo que *A revolução burguesa no Brasil* trata do outro polo da sociedade.

determinada por condicionantes internos e externos que inibiram as funções diferenciadoras, classificatórias e estratificadoras do mercado na estruturação da sociedade de classes nessas nações (Fernandes, 1975, p. 39). É neste registro de leitura que a estratificação de classes sociais se constitui como um aparato imprescindível para analisar e interpretar as sociedades e suas dinâmicas no capitalismo dependente.

Os trabalhos de Francisco de Oliveira também podem ser classificados como histórico-estruturais (Oliveira, 1977; 1993; 2003; 2008). Embora, num primeiro momento, se pense em *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (Oliveira, 2003), onde o autor aplica, na análise, seu entendimento particular de como se estruturam as relações sociais que combinam o moderno e o arcaico na sociedade brasileira, não é nestes textos que Oliveira estabelece sua leitura de mundo. Para tanto, é necessário se debruçar sobre os ensaios seminais contidos em *A economia da dependência imperfeita* (Oliveira, 1977) ou no exercício de análise histórico-concreta representado por *Noiva da revolução* e *Elegia para uma re(li)gião* (Oliveira, 2008), ambos publicados originalmente em 1977, e, portanto, elaborados no “exílio” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), para entender o método pelo qual a crítica à razão dualista pôde vir à luz. Por muitos anos professor da cadeira de estratificação e classes sociais na USP, Oliveira pende à interpretação marxista do processo de constituição das classes sociais,¹⁷ mas o faz sempre de forma criativa, incorporando elementos relevantes de Weber, Thompson e outros autores. Como apontado por seu amigo Roberto Schwarz na introdução de *O ornitorrinco*, Chico de Oliveira é um mestre da dialética (Oliveira, 2003). Em suas análises, os atores sociais se (con)fundem com as classes históricas concretas que representam; são *personas* no sentido marxista do termo, representam forças sociais, e forças sociais que se afirmam no movimento dialético, só existindo em movimento e em relação às demais, no embate concreto que os (re)define como representantes de suas classes sociais, também elas em processo constante de reificação. Oliveira, contudo, não se limita ao arsenal de *O 18 de brumário* (Marx, 1988); também o Estado e seus atores – a tecnoburocracia – são entendidos como componentes da forma específica de desenvolvimento capitalista engendrada no país. Estado e atores nunca devem ser vistos como neutros, pois seriam gestores do fundo público sempre em disputa – na ditadura ou na democracia –, o qual, num movimento virtuoso, pode se ver convertido em *antivalor* (Oliveira, 1993).¹⁸

A obra de Darcy Ribeiro também é enquadrável dentro desta perspectiva, pois a distribuição de classes sociais é tematizada em vários de seus estudos.

17. “A boca torta pelo cachimbo”, como brincava com seus alunos (reminiscência pessoal de um dos autores, orientando de Chico de Oliveira).

18. O antivalor, conforme proposto pelo autor, pode ser entendido como a parte do fundo público que é utilizada pelo Estado para a reprodução da força de trabalho mediante os gastos sociais e a constituição do Estado de bem-estar, criando um salário indireto para os trabalhadores e beneficiando, desse modo, ainda que também indiretamente, os detentores do capital (Oliveira, 1993).

Em linhas gerais, no livro *O povo brasileiro* (Ribeiro, 1995), há uma categorização simples sobre a formação do nosso povo, a saber: indígenas, que sempre estiveram no território; europeus, no papel de colonizadores; e escravos africanos, que constituíram a principal força de trabalho por um longo período da história do país.

Por sua vez, a estratificação social no Brasil, nos períodos colonial e pós-colonial, pode ser vista na obra do autor pela distribuição da população entre marginalizados, oprimidos, latifundiários e capitalistas. Ao modificarem a estrutura do sistema produtivo interno, as classes dominantes, amiúde voltadas para os interesses das metrópoles, consolidam um processo gerador da hostilidade a uma grande parte da população, analogamente ao que ocorreu na colonização portuguesa (Ribeiro, 1978). Isto contribuiria para manter, ou até mesmo aumentar, a quantidade de indivíduos oprimidos e marginalizados.

Conforme Ribeiro, com o passar do tempo, as classes dominantes deixaram de estar atreladas somente ao setor primário, passando a ter influência no setor secundário, que ganhava forma no início do século XX. Assim, pode-se dizer que estas classes se modernizaram para manter seus interesses, privilégios e poder adquiridos em um Brasil agrário.

Outra contribuição importante é a distinção, no setor patronal, do corpo oligárquico e do corpo moderno. A oligarquia brasileira englobaria as formas sobreviventes da classe dominante colonial em sua versão contemporânea. Dessa maneira, os senhores de engenho e mineradores do século XIX seriam atualmente representados por latifundiários, usineiros, exploradores de indústrias extrativas, podendo ser considerados o corpo moderno do setor patronal. No decorrer de quatro séculos, estes teriam permanecido com o poder fundado na propriedade da terra e em uma contínua e maçante exploração da mão de obra (Ribeiro, 1978).

Haveria também a classe intermediária, na qual se distinguiriam dois setores principais. Um grupo crescente de comerciantes, industriais e empresários agrícolas, bem como, na camada dos profissionais liberais, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, que conquistaram prestígio e certo poder, constituindo paulatinamente a base de onde se seleciona o patriciado político e tecnocrático civil. Em outro percurso, o aumento dos cargos do serviço público (civil e militar) e dos empregados burocráticos de empresas médias e grandes teria gerado uma camada com relativo prestígio, de influência crescente, do setor terciário. Esta classe agiria como atenuador ou agravador das tensões sociais e, paradoxalmente, ora desempenharia um papel revolucionário, ora de manutenção da ordem instituída (Ribeiro, 1978).

Na estratificação do período escravocrata colonial, havia os trabalhadores livres em posições profissionais mais baixas, que, na estratificação do Brasil atual, teriam apresentado uma modificação notória. Estes trabalhadores continuaram a vender

sua força de trabalho para subsistir e, por isso, segundo Darcy Ribeiro, deveriam ser chamados proletários do sistema. Por seu turno, os marginalizados seriam, na realidade, a classe oprimida da estrutura social, embora não tenham – e dificilmente venham a construir – uma consciência de si correspondente a esta condição. Sua visão do mundo seria uma mistura de arcaísmo, proveniente de antigas tradições orais hauridas no campo, e de modernidade, elaborada à luz de imagens difundidas pelos hodiernos meios de comunicação. Sua visão de si seria a de uma pobre gente que vegeta em um mundo discricionário, onde um Deus arbitrário luta contra demônios que não podem ser domados (Ribeiro, 1983, p. 98).

Darcy Ribeiro contribuiu decisivamente para a compreensão da formação de classe no Brasil. Em seus estudos, o pesquisador procurava deixar claras a necessidade da ruptura com a ordem vigente mantenedora do *status quo* da classe dominante e as barreiras enfrentadas pelos dominados, como a falta de uma consciência de si.

Outro autor importante é Leôncio Martins Rodrigues. Seu livro *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* faz uma revisão bibliográfica da relação entre sindicatos, política e industrialização, comparando a criação e expansão dos sindicatos na Europa com o que ocorreu no Brasil (Rodrigues, 1974). Os sindicatos nos países europeus tiveram uma base operária e industrial muito forte, relacionando-se com a criação de partidos socialistas, criando-os ou lhes dando apoio (apesar de o autor ressaltar que, na década de 1970, quando ele escreveu o livro, este laço já não era mais tão automático). Nos Estados Unidos e nos países da América do Sul, isto não aconteceu, pois a proporção de trabalhadores vinculados à indústria foi menor do que nos países europeus. Nos países sul-americanos, os trabalhadores se identificaram mais com governos populistas e autoritários (por exemplo, Perón na Argentina e Vargas no Brasil), e deram apoio reduzido aos partidos socialistas. Antecipando temas discutidos até hoje, o autor assevera que, nas sociedades atuais, a expansão do consumo de massa, a crescente urbanização e o domínio dos meios de comunicação levam a processos em que a identidade de classe fica prejudicada.

Além dessas grandes obras de referência, outros autores se concentram em temas mais específicos sobre a formação de classes. Pensamos aqui em importantes obras que relacionam a classe média e a política. A tese de doutorado de Decio Saes, intitulada *Classe média e sistema político no Brasil* (Saes, 1985),¹⁹ é totalmente fundamentada em revisão bibliográfica. Trata da atuação política da classe média, da Proclamação da República ao final dos anos 1960. O livro originado da tese se divide em três partes, focalizando os seguintes períodos: a Primeira República; o Estado Novo até o golpe; e o período pós-1964. Saes identifica três momentos econômicos que coincidiriam com o momento político: o domínio da economia

19. Este livro foi publicado em 1985, mas é uma versão modificada da tese de doutorado do autor, apresentada em 1974, na Universidade de Paris X.

cafeeira, a consolidação da industrialização e a hegemonia do capitalismo monopolista. No esquema do autor, a Primeira República teria significado o domínio das oligarquias agrárias; o período iniciado em 1930, a emergência do capital industrial; e o golpe de 1964, a vitória do capital monopolista. O Estado tem um papel decisivo em cada uma destas etapas, defendendo os interesses oligárquicos na Primeira República; arbitrando os conflitos durante o período populista; e sufocando as manifestações políticas da classe trabalhadora (e das classes médias) na ditadura pós-1964. Neste cenário, o estudo faz uma reconstituição histórica de como as classes médias conquistaram o direito à política, o exerceram e, com o golpe militar de 1964, o perderam (Saes, 1985).

O autor distingue diferentes posturas políticas da classe média e diferentes ideologias. Não haveria uma classe média unificada, mas diferentes camadas médias, com distintos interesses, ocupações típicas, prestígio social diferenciado e posicionamentos políticos diversos. Na Primeira República, as classes médias tradicionais, formadas por profissionais liberais e administradores públicos oriundos da “aristocracia empobrecida”, eram aliadas e subordinadas às oligarquias. Um segmento das baixas classes médias, formado por pequenos servidores públicos de baixo escalão, bancários e funcionários de escritório, constituiria o primeiro embrião de resistência antioligárquica. Pelo fato de essas camadas não participarem diretamente do processo de produção de mercadorias, encaravam o Estado como o agente ao qual deveriam dirigir suas aspirações (Saes, 1985).

O segundo período analisado é denominado de Estado populista, e vai de 1930 até 1964. O Estado Novo representaria a ascensão de uma postura industrializadora no país. Para o autor, isso teria sido uma vitória das baixas classes médias. O Estado populista seria um agente de equilíbrio do sistema social que procuraria atender às necessidades da burguesia industrial nascente e da aristocracia cafeeira tradicional, ao mesmo tempo que estimularia e subordinaria a classe trabalhadora. Neste cenário, ameaçada pela eclosão desses novos atores sociais, a classe média tradicional e as novas camadas que se integraram à cena, como os profissionais técnicos e gerentes de empresas, se colocariam como antipopulistas; ao passo que as baixas classes médias, juntamente com o operariado, constituiriam a sua base social de apoio. O golpe de 1964 teria representado a vitória do capital monopolista (Saes, 1985).²⁰

Contrastando com essa visão já a partir do título (muito parecido com o do livro de Décio Saes, e abrangendo um período posterior), o recente livro de Adalberto Cardoso se chama *Classes médias e política no Brasil: 1922-2016* (Cardoso, 2020a).

20. Num registro tão resumido deste livro, optamos por deixar de lado as interessantes análises que o autor faz sobre importantes movimentos sociais do período, como o tenentismo dos anos 1920, o integralismo dos anos 1920-1930, o nacionalismo dos anos 1950 e a mobilização dos bancários na década de 1960.

Crítica a postura de Saes, segundo a qual as classes médias não teriam um projeto político próprio. O livro é baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a partir dos anos 1940, e pelo instituto Datafolha, em períodos mais recentes, que captaram as tendências políticas das classes médias. O autor distingue três estratos da classe média: a classe média alta, a classe média “média” e a classe média baixa. O primeiro estrato seria composto por gerentes e profissionais liberais e técnicos altamente qualificados; o segundo, por professores, profissionais médios e técnicos em geral; o terceiro, por assalariados e empregados menos qualificados. Essas classes, em especial, as classes médias altas e classes médias “médias” buscariam estratégias de fechamento de suas posições, a fim de evitar a integração de membros de outras classes às suas hostes.

Segundo o autor, a classe média brasileira estaria dividida entre duas posições: uma denominada de *liberalismo autoritário* e outra de *desenvolvimentismo com inclusão social*. A primeira posição sempre teria sido majoritária entre as classes médias e defendido historicamente posições conservadoras e contrárias à inclusão social dos pobres. Para Cardoso, as classes médias ligadas a esta posição teriam liderado movimentos políticos importantes no Brasil (apoio ao golpe de 1964, *impeachments* de Fernando Collor e Dilma Roussef, jornadas de junho de 2013). O segundo movimento representaria importante parcela da classe média, mas, ainda assim, seria minoritário, ligado à esquerda, tendo sido importante para a defesa da democracia e a luta contra a ditadura. O movimento estudantil seria uma das manifestações desta segunda posição da classe média. Por essa razão, o autor defende a posição de que a classe média não seria um ator unificado. Na verdade, existiriam classes médias (no plural), compostas por atores sociais com diferentes interesses econômicos e distintas posições políticas.²¹

Os livros analisados nesta seção são exemplos de trabalhos realizados com rigor sociológico, mas também podem ser entendidos como estudos históricos aprofundados. Por tratarem de objetos históricos, não havia a possibilidade de utilização de técnicas de pesquisa que colhessem a informação diretamente dos sujeitos investigados. Por isso, os estudiosos recorreram a referências bibliográficas e a memórias de viajantes, livros, documentos históricos, atas, processos criminais, para entender as opiniões e mentalidades das classes sociais dos períodos analisados.

Todas essas obras seguem o estilo de ensaios histórico-estruturais. Analisam a evolução da sociedade brasileira de um ponto de vista amplo, ao longo de décadas e séculos. Ao lado destes ensaios histórico-estruturais, também foram desenvolvidos o que nós denominamos de “estudos monográficos sobre a condição de classe”, objeto da próxima seção deste capítulo.

21. Além deste livro analisado, cabe citar o ilustrativo artigo do autor sobre as opiniões das classes médias no Brasil atual (Cardoso e Prêteceille, 2021).

3 MODELO MONOGRÁFICO

Na década de 1960, também foram produzidos trabalhos de campo significativos nos quais os sociólogos buscavam compreender as classes sociais não mais apenas por meio de fontes documentais e referências bibliográficas, mas também do contato direto com os sujeitos investigados. Nesse período, começaram a ser aplicados questionários, realizadas entrevistas e a busca para se entender a condição de classe, especialmente as condições da vida operária. Um marco nesse sentido foi a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, em 1962, coordenado por Fernando Henrique Cardoso, que teve apoio financeiro de empresários industriais. Os pesquisadores deste centro realizaram estudos em indústrias nos quais se investigou a mentalidade empresarial e a condição operária. Foram empreendidas análises que se situam na fronteira entre a sociologia das classes sociais e a sociologia do trabalho, campo que também ganha corpo e se afirma nesse período.

Utilizando-se técnicas de entrevista e aplicação de *surveys*, investigaram-se as condições de vida e as opiniões das classes sociais. Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes fizeram pesquisas em indústrias, entrevistando principalmente os operários. Fernando Henrique Cardoso realizou sua pesquisa sobre os empresários industriais que se tornaria sua tese de livre-docência na USP.

Fernando Henrique Cardoso elaborou um estudo sobre os empresários industriais paulistas na década de 1960 (Cardoso, 2020). O livro critica os esquemas abstratos de análise sobre o desenvolvimento empregados na época, que enfatizavam os fatores econômicos, sem referência aos agentes sociais relevantes, ou enfatizavam os atores sem analisar o contexto político e as relações estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo uma das vertentes criticadas pelo autor, tudo se passava como se, para atingir o desenvolvimento, as sociedades tradicionais tivessem de cumprir as mesmas fases das sociedades capitalistas avançadas. Segundo a outra vertente, os agentes econômicos (empresários industriais, no caso) seriam os grandes dinamizadores desse processo.

Criticando os dois esquemas abstratos, Cardoso (2020) pesquisou os empresários industriais, buscando descobrir como eles de fato agiam. Na pesquisa, foi analisada uma *survey* aplicada em 288 indústrias da Grande São Paulo, e realizadas 82 entrevistas com industriais nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Blumenau.

O livro pode ser entendido como um teste da hipótese de que todos os países devem passar pelos mesmos estágios. Segundo o autor, o empresário moderno, nos países desenvolvidos, caracteriza-se pela constante inovação, em busca de maior lucro. Além disso, cada vez mais o empresário tem de se transformar num ator político. Ele tem de se dirigir ao Estado, constituir *lobbies*, inaugurar organizações empresariais que defendam os interesses da classe. Essas características estão

ausentes no empresariado brasileiro. A pesquisa identifica o caráter dependente do industrial brasileiro, que acreditava que o desenvolvimento do capitalismo nacional estava fortemente associado e dependente do capitalismo dos países mais desenvolvidos – especialmente os Estados Unidos. Nossos empresários não teriam um projeto de nação, não teriam um projeto comum de desenvolvimento; não teriam, em suma, consciência de classe. Eles agiriam de forma atomizada e individual. As indústrias brasileiras ainda apresentariam um componente familiar muito pronunciado, apesar de, nas grandes empresas, já se notar a modernização administrativa (Cardoso, 2020).

Navegando na outra ponta dos estudos, os livros de Leôncio Martins Rodrigues (1970) e Juarez Brandão Lopes (1962) investigaram a condição de vida operária industrial na década de 1960. Os autores registraram as opiniões dos trabalhadores e suas histórias de vida; investigaram suas origens, a relação entre os empregados sem qualificação e os de maior qualificação, suas orientações políticas, suas relações com os sindicatos.

O estudo pioneiro de Rodrigues (1970) mostra as atitudes e orientações de operários de uma grande indústria automotiva estrangeira em São Paulo na década de 1960. Foram aplicados questionários para 86 trabalhadores dessa indústria, a maioria dos quais era de origem rural, tinha baixa escolaridade e associava a entrada na fábrica a uma melhoria das condições de vida. Os operários mais qualificados recebiam salários superiores, tendiam a se identificar mais com a empresa, sentiam mais satisfação no trabalho e eram mais estáveis que os não qualificados. O operário menos qualificado apoiava a ditadura, entendida como um governo forte que se contrapunha aos ricos e aos políticos tradicionais, e que beneficiava os trabalhadores. Esse operário não se identificava como classe, vendo-se como o povo pobre, ao mesmo tempo que encarava os empresários não como uma classe a que ele se opunha, mas como “os ricos”.

Juarez Rubens Brandão Lopes realizou um estudo em uma fábrica de médio porte em São Paulo e em duas empresas têxteis no interior de Minas Gerais (Lopes, 1962). Em São Paulo, observou-se a dificuldade de ajustamento de trabalhadores vindos do meio rural à situação de fábrica. Estes indivíduos assumiam os postos de menor qualificação. Conclui-se que os operários tinham pouca qualificação formal, com exceção dos que operavam máquinas especializadas (mas que eram minoritários e procuravam se distinguir dos demais). Os operários mais qualificados recebiam salários maiores, tinham maior poder de barganha e se identificavam ainda menos com os sindicatos.

Em contraponto à situação da fábrica de São Paulo, nas indústrias têxteis do interior de Minas Gerais, Lopes (1967) identifica a manutenção de normas tradicionais nas cidades onde se localizavam estas indústrias. Os laços pessoais que ligavam

patrões e empregados reproduziam os laços pessoais da sociedade preexistente. A exigência de maior qualificação, no entanto, forçava os empresários a aumentar a produtividade operária e enfraquecia paulatinamente esses laços pessoais. A criação dos sindicatos era outro fator que desestabilizava a ordem tradicional. Neste livro, o autor investiga um Brasil “arcaico” que se modernizava.

Esses estudos chegam a conclusões similares. Apontam para a pouca atuação dos sindicatos, que apresentavam um papel meramente assistencialista, e concluem que os operários não se identificavam como uma classe social. Não haveria ação coletiva. Mesmo quando entravam em greve, os trabalhadores teriam um comportamento passivo, meramente seguindo as orientações do sindicato, organização com a qual tinham parca identificação (Lopes, 1962; Rodrigues, 1970; 1974).²²

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, Leôncio Martins Rodrigues revisou essas conclusões. Em dois livros, elaborou estudos sobre as duas maiores confederações sindicais – a Central Única de Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) –, através da aplicação de questionários. Esses estudos foram realizados nos congressos das confederações e analisam o perfil dos delegados, verificando escolaridade, tempo de militância, perfil ideológico, idade, gênero e experiência sindical. O autor concluiu que a CUT era uma central mais ideológica, que privilegiava a luta política dos trabalhadores, ao passo que a CNT fora criada como reação a essa postura, assumindo uma posição mais pragmática e aberta à negociação com os empregadores (Rodrigues, 2009; Rodrigues e Cardoso, 2009). Ao contrário dos estudos de décadas antes, o autor caracteriza, naquele momento, uma classe trabalhadora bem mais mobilizada, ciente dos seus direitos e do seu papel político.

Se Rodrigues e Lopes captam um momento, o estudo de José Sérgio Leite Lopes está interessado no processo histórico de constituição da classe operária (Lopes, 1988). A sua tese de doutorado, intitulada *A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés*, fala sobre os operários da fábrica de tecidos em Paulista, Pernambuco, constituindo-se em um notável exemplo de livro que combina a observação monográfica com a descrição histórica. A empresa, que foi a maior do Brasil na década de 1950, criou a cidade de Paulista, na Região Metropolitana de Recife, e exercia uma dominação quase total sobre os operários. O autor procede a uma reconstituição histórica da empresa, desde a sua fundação, no início do século XX, até os anos 1980. No processo, mostra as lutas operárias contra essa dominação. O autor fez um trabalho de campo nos anos de 1976, 1977, 1978, 1980 e 1980, tendo entrevistado 110 pessoas e escrito as histórias de vida que o ilustram (Lopes, 1988). Este livro é

22. Contraindo-se a estas conclusões, a sociologia do trabalho contemporânea assume uma posição oposta. Para essa vertente, os sindicatos até 1988 eram fortes e realmente faziam o trabalhador fabril se ver como classe. Até por isso teriam ocorrido grandes greves na ditadura, com muitos apoiadores. No ABC, os trabalhadores também se viam enquanto classe (Ramalho, 1989; Rodrigues, 1997; 2019; Rodrigues e Ramalho, 2007).

mais um notável exemplo de integração de análise monográfica (utilizando muitas técnicas de etnografia) com pesquisa histórico-estrutural.

O modelo monográfico serviu de base para vários livros importantes. Em publicação mais recente, Ruy Braga vai contra a noção de que o precariado brasileiro é um acidente do capitalismo contemporâneo, sustentando, ao contrário, que essa camada social é parte constitutiva e necessária do sistema capitalista (Braga, 2012).²³

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, apesar de reconhecer a importância dos estudos pioneiros de Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes, Braga critica as conclusões desses pesquisadores. Apoiado em farta revisão bibliográfica, sustenta que Rodrigues e Lopes estavam fortemente influenciados pela teoria da modernização, segundo a qual os operários vindos de uma tradição rural seriam incapazes de uma ação coletiva. Braga afirma que nas próprias obras é possível verificar a emergência de uma consciência de classe e de formas de resistência desses operários industriais ao capital.

Na segunda parte, o autor faz um estudo monográfico, entrevistando trabalhadores de duas grandes empresas de *telemarketing*, em sua maioria jovens, com baixa qualificação e alta rotatividade de emprego. Ele registra padrões de resistência à dominação do capital e busca identificar o embrião de uma posição classista em uma empresa que desestimula a organização autônoma dos seus empregados. É interessante notar que, enquanto os sociólogos da segunda metade do século XX estudam a indústria, vista como o grande motor do desenvolvimento do país, Braga opta por uma grande empresa do setor de serviços que emprega mais de 60 mil trabalhadores. A opção explícita do autor é de investigar as condições laborais nas novas formas de empresas flexíveis, terceirizadas e marcadas pela financeirização do trabalho.

Outra vertente dos estudos baseados em coletas de opiniões é a que reforça os aspectos culturais da formação de classe. Influenciado por Pierre Bourdieu, especialmente pelo livro *A distinção* (2006), publicado na França no início dos anos 1980, o modelo cultural salienta as classes sociais como grupos que deteriam diferentes tipos de capital, sendo o capital econômico, o capital cultural e o capital social os mais significativos. Haveria um jogo de distinção entre as classes, no qual as classes superiores buscariam se diferenciar das demais.²⁴

23. O termo *precariado* foi popularizado por Guy Standing (2011). Refere-se ao surgimento de grandes camadas de trabalhadores, nos países centrais, que têm seus direitos trabalhistas cada vez mais atacados. Apesar do sucesso do termo, outros autores contestam o seu uso, alegando que, fora desses países desenvolvidos, a precariedade sempre foi a norma, e que a melhoria de vida das classes trabalhadoras no século XX, no período dos trinta anos gloriosos (1945-1975), talvez seja a exceção, e não a regra, no desenvolvimento do capitalismo (Munck, 2019).

24. Esses estudos influenciam sociólogos de outros países, a exemplo do trabalho de Mike Savage (2015), no qual, a partir de uma *survey* realizada na Inglaterra em 2010, o autor reconhece a existência de seis classes sociais. Segundo o estudo, a grande polarização existente atualmente ocorre entre os ricos e o precariado. A classe trabalhadora e as classes médias teriam se aproximado culturalmente e hoje compartilham valores e gostos.

No Brasil, esse modelo bourdieuano teve grande influência, notadamente na obra de Jessé de Souza, que construiu um modelo de quatro classes: os ricos, a classe média, os batalhadores e a ralé (Souza, 2009; 2012; 2018). Estudos foram feitos com base em pesquisas coordenadas pelo autor, nas quais, por meio de entrevistas e observações, foram construídas histórias de vida e as visões de mundo desses atores sociais.²⁵ Apesar do conteúdo marcadamente ideológico dos últimos textos de Jessé Souza, a tipologia proposta por ele contribui com o avanço do trabalho sociológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tratou de duas das três formas de captação do material empírico para a análise da estratificação da sociedade brasileira: os ensaios histórico-estruturais e as análises monográficas. A partir do final da década de 1970, começam a ser produzidos trabalhos que caracterizam as classes sociais através das ocupações, baseados em pesquisas amostrais e censitárias, formando tipologias de classe.

As análises constantes deste capítulo introdutório tiveram um caráter esquemático e simplificado. Afinal, tratou-se de resumir, em poucos parágrafos, estudos sociológicos densos, que tiveram profunda influência nas ciências sociais brasileiras. No entanto, cremos haver captado o âmago desses trabalhos. Esses estudos partem de grandes construções teóricas – os ensaios histórico-estruturais –, avançam em análises empíricas, e, como se pretende mostrar nos demais capítulos deste livro, deságuam em análises que lançam mão de dados que começaram a ser coletados sistematicamente nos anos 1960 e possibilitaram a construção de séries históricas. Eles refletem os contextos em que foram produzidos. Os ensaios histórico-estruturais foram realizados em uma época na qual a sociologia brasileira estava se consolidando e contava com poucos recursos financeiros para o seu desenvolvimento. Os estudos monográficos, que apareceram num segundo período, só foram produzidos quando os cientistas sociais conseguiram financiamentos para suas pesquisas, posto que estas eram mais onerosas. Por fim, as tipologias de classe só puderam ser realizadas após o começo das pesquisas amostrais periódicas, a partir do final dos anos 1960.

Cada uma dessas formas de captação do material empírico tem diferentes objetivos. Os ensaios histórico-estruturais, produzidos desde a década de 1930, são a forma mais antiga de estudos sobre estratificação no Brasil. Buscam fornecer um quadro objetivo das relações de classe e da situação da sociedade brasileira de um ponto de vista histórico. Por seu turno, os estudos monográficos começaram a ser realizados nos

25. As análises de Souza foram feitas ao longo de sua trajetória acadêmica nas duas primeiras décadas do século XXI. Em seu período como presidente do Ipea, Jessé de Souza criou o projeto Radiografia do Brasil Moderno, por meio do qual foram feitas mais de seiscentas entrevistas em profundidade com representantes dessas quatro classes sociais, nos últimos meses de 2015 e primeiros meses de 2016. Trata-se da mais abrangente pesquisa no Brasil sobre esse tema, disponível para toda a comunidade acadêmica, mas infelizmente ainda pouco explorada.

anos 1960. Em contraste com os ensaios histórico-estruturais, preocupam-se com a percepção de mundo das diferentes classes sociais em relação à política e à economia, sua inserção no mundo laboral, seus valores e sua atuação política.

A partir da análise feita neste capítulo, pode-se indagar: que sociedade emerge desses dois estilos de captação da sociedade? É possível compreender o Brasil com a leitura dos autores elencados neste capítulo? Cremos que sim.

Max Weber distingue três formas de estratificação social: classe, estamento e partido. A classe seria a forma privilegiada nas sociedades capitalistas; o estamento, na sociedade feudal (o partido não é bem definido por Weber como forma de estratificação social). Além disso, há menção à casta (que é uma forma de estratificação da sociedade indiana). A partir da leitura dos sociólogos brasileiros, cabe perguntar se, caso Weber tivesse vivido no Brasil do século XIX, não veria uma outra forma de estratificação: a raça. Ao escravo foi negada a condição humana. Ele não é pessoa, mas propriedade. As outras camadas sociais não poderiam ser definidas como classe. Em Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, os temas da raça e da classe estão entrelaçados. A herança escravocrata marca a sociedade brasileira no século XX. Os sociólogos brasileiros tentam enquadrar o Brasil nos modelos herdados pela sociologia europeia. Percebendo a inadequação, ressaltam a importância da raça para a compreensão da realidade brasileira; não conseguem, no entanto, romper com o modelo de compreensão europeu, ou ao menos complementá-lo.

Nos dois estilos de captação de dados empíricos, há uma tentativa de interpretar a sociedade brasileira. Nos primeiros estudos, o tema que mais transparece é a incompletude da nossa sociedade. No século XIX, o Brasil era uma sociedade estamental.²⁶ O Brasil tem um legado escravista que o amaldiçoa. O negro liberto vai percorrer um longo caminho até se constituir como classe. Enfrenta uma barreira formada por uma sociedade que não está preparada para encará-lo como cidadão detentor de direitos.

No que concerne à população destituída que não era escrava, todo esforço da sociologia é para encontrar um modo de definir esses grupos sociais formalmente livres, mas que sabem que dificilmente vão sobreviver se não criarem laços de dependência pessoal com os poderosos na época – fazendeiros, em geral (Franco, 1997). Eles estão subjugados por relações pessoais, nas quais fica evidente a sua dependência em relação às camadas estamentais mais poderosas.

26. Termo usado explicitamente, por exemplo, no livro *A escravidão do Brasil Meridional* (Cardoso, 1991), e por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020).

Os conflitos de classe que eclodem na Europa no início do século XIX só vão aparecer no Brasil no início do século XX, quando uma indústria incipiente começa a se formar. Neste cenário, o negro entraria “no fim da fila”. Os empresários prefeririam os imigrantes europeus, ou os nacionais brancos e pobres. Os negros, com poucas décadas de emancipação, seriam então condenados a uma situação de subcidadania não declarada (Fernandes, 2020; Ianni, 1966).

Assim, evidencia-se que um grande tema dos autores do modelo histórico-estrutural dos anos 1960-1970 é a constituição das classes sociais no Brasil. Na mesma década, os autores do modelo monográfico apontavam como o operário industrial tinha origem rural, não confiava no sindicato, não se identificava com os demais trabalhadores. Esta interpretação é questionada por especialistas em sociologia do trabalho, os quais, em obras mais recentes, sustentam que a emergência da classe social como ator importante pode ser observada ainda na década de 1960.

Por fim, convém mencionar o terceiro tipo de captação do material empírico sobre classes sociais, denominado aqui como *tipologias de classe*. Estas começaram a ser elaboradas a partir das pesquisas periódicas que se iniciaram nos anos 1960, mas cujos primeiros resultados só começaram a vir à luz no final da década de 1970, a partir da influência de sociólogos neoweberianos e neomarxistas. Elas se preocupam em estabelecer correlações entre a posição de classe e outras variáveis, como escolaridade, renda, gênero e etnia. Como importantes representantes desta vertente, podem ser citados os trabalhos pioneiros de Carlos Halsenborg e de Nelson do Valle Silva, que começaram a produzi-los na década de 1970. Num período mais recente, cabe destacar as importantes contribuições de Carlos Ribeiro, Maria Cecília Scalón, Adalberto Cardoso e, em especial, José Alcides Figueiredo Santos, autor de dois capítulos deste livro (Hasenbalg, 1979; Silva, 1979; Silva e Hasenbalg, 1992; Scalón, 1999; Pastore e Silva, 2000; Santos, 2002; 2005; Santos e Ribeiro, 2016; Ribeiro, 2007; 2009; Cardoso e Préteceille, 2021).

Esta terceira forma de captação do material empírico será objeto dos próximos capítulos deste livro.

O próximo capítulo vai ilustrar este modelo, com trabalhos desenvolvidos no Brasil. Os demais vão tratar de análises empíricas e quantitativas com base em informações coletadas em pesquisas periódicas empreendidas por entidades oficiais.

As tipologias de classe que são tema deste livro vêm produzindo pesquisas muito instigantes, como demonstram os demais capítulos. Pensamos, no entanto, que seria muito interessante uma análise que combinasse esses diferentes enfoques. Esta é uma tarefa desafiadora, que requer o uso da imaginação sociológica, mas cuja realização já é possível.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Global, 2008.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CALDEIRA, J. **Mauá: um empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARDOSO, A. **Classes médias e política no Brasil: 1922-2016**. São Paulo: FGV, 2020a.
- CARDOSO, A. **À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo**. Rio de Janeiro: Amazon, 2020b.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. **Classes médias no Brasil: estrutura, mobilidade social e ação política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- CARDOSO, F. H. **A escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2020.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Ed. Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2020.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1933.

GUIMARÃES, A. S. A. Classes sociais. *In*: MICELI, S. *et al.* (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: sociologia. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Brasília: Capes, 1999. v. 2, p. 13-56.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

LOPES, J. R. B. **Crise no Brasil arcaico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos sociais na Cidade das Chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB; MCT/CNPq, 1988.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MUNCK, R. The labor question and dependent capitalism: the case of Latin America. *In*: BRENAN, J. *et al.* (Ed.). **The social question in the twenty-first century**: a global view. Oakland: University of California Press, 2019. p. 116-132.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste – planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

- RAMALHO, J. R. **Estado-patrão e a luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1-46, 2020.
- RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: 1 – teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT (1983 a 1993). São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, I. J. (Org.). **Trabalho e ação coletiva no Brasil**: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018). São Paulo: Annablume, 2019.
- RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo: Annablume, 2007.
- RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, L. M. **CUT**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf>
- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sociopolítica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qmncm/pdf/rodrigues-9788579820205.pdf>.
- SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, J. A. F.; RIBEIRO, L.V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, n. 30, v. 87, p. 89-102, 2016.

SAVAGE, M. (Ed.). **Social class in the 21th century**. Londres: Pelican, 2015.

SCALON, C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Iuperj; Revam, 1999.

SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, classes e estratificação social. *In*: MARTINS, J. S.; MARTINS, H. H. T. S. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 40-58.

SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. **Dados**, n. 21, p. 49-67, 1979.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

SOUZA, J. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, J. (Org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STANDING, G. (Ed.). **The precariat: the new dangerous class**. Londres: Bloomsbury, 2011.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, G. (Org.). **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1999. p. 79-127.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SANTOS, J. A. F. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. São Paulo: Campus, 2010.

